

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.840 - PR (2018/0295020-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU  
PROCURADOR : RÔMULO COLVARA E OUTRO(S) - PR044798  
AGRAVADO : LUIZ DOMINGOS MORETTI  
ADVOGADO : SAVIANO CERICATO - PR036840

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIREITO À PERCEPÇÃO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CÓDIGO FUX. CONHECE-SE DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO, CONHECIDO DE OFÍCIO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE. VERBA DEVIDA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA QUE O AUTOR LABOROU, NO PERÍODO INDICADO NA PETIÇÃO INICIAL, EM FUNÇÃO INSALUBRE DE GRAU MÉDIO (TRANSPORTE DE PACIENTES). DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, DIANTE DA COMPROVAÇÃO DE QUE O RÉU PAGA A MENCIONADA VERBA A OUTROS SERVIDORES QUE DESEMPENHAM TAL ATIVIDADE. FIXAÇÃO, DE OFÍCIO, DOS CRITÉRIOS DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RESSALVA, EM REEXAME NECESSÁRIO, DA APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 17. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. SETENÇA PARCIALMENTE REFORMADA DE OFÍCIO E EM REEXAME NECESSÁRIO, CONHECIDO EX OFFICIO (fls. 255/256).*

2. Os Embargos de Declaração opostos (fls. 268/270) foram rejeitados (fls. 282/292), por unanimidade.

3. Em suas razões recursais sustenta a parte agravante violação do art. 156 do Código Fux, aduzindo, em suma, que a parte agravada não faz jus à percepção do adicional de insalubridade, uma vez que não foram produzidas provas periciais.

4. Ao Apelo Raro foi negado seguimento pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 327/329), sobrevindo interposição de Agravo (fls. 334/338).

5. É o relatório.

6. No mérito, o Tribunal de origem concluiu que:

*3. Cinge-se a controvérsia recursal em averiguar se o apelado, servidor público municipal, possui, ou não, direito ao recebimento de gratificação de insalubridade no período constante da petição inicial (1o.1.2009 à 1o.1.2011).*

*Com efeito, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 34, inciso XV, prevê ser direito dos servidores públicos o recebimento de adicional de remuneração pelo desempenho de atividade insalubre, na forma da lei, verbis:*

*(...).*

*Da mesma forma, o artigo 20, inciso XV da Lei Orgânica do Município de Rio Bonito do Iguaçu estabelece, verbis:*

*(...).*

*O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal 18/2001), por sua vez, dispõe em seus artigos 127 e 129 o seguinte, verbis:*

*(...).*

*Como se vê, no âmbito do Município-apelante, é garantido aos servidores públicos o recebimento de adicional de insalubridade em 30% (trinta por cento), 20% (vinte por cento) ou 10% (dez por cento) do vencimento básico, conforme o grau em que a atividade for classificada.*

*No caso, a autor ajuizou a presente demanda afirmando que o desempenho de sua função de motorista junto à Secretaria Municipal de Saúde lhe garante o recebimento de adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), em relação ao período em que tal verba não foi paga (1o.1.2009 à 1o.1.2011) (fls. 259/260).*

7. Depreende-se da leitura dos excertos acima transcritos, que o Tribunal de origem, ao reconhecer o direito à percepção do adicional de insalubridade à parte agravada, com base na Lei Complementar 18/2001 e da Lei Orgânica, ambas do Município de Rio Bonito do Iguaçu e na Constituição do Estado do Paraná.

8. Dessa forma, desconstituir tal premissa, implicaria, necessariamente, em análise de referidas normas legais.

9. Tal providência, no entanto, é vedada na via Especial, pelo óbice da Súmula 280/STF, aplicada ao caso concreto, por analogia. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ANÁLISE DE MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.*

1. *Trata-se de ação em que busca o recorrente desconstituir acórdão que reconheceu a favor o recorrido o direito ao adicional de insalubridade e seus reflexos.*

2. *Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.*

3. *O Tribunal de origem dirimiu a questão da incidência do adicional de insalubridade disposto em lei municipal, sob o enfoque da Súmula Vinculante 4 do STF e da Lei Municipal 4.079/2007. Assim, inviável o reexame do acórdão recorrido ante o óbice da Súmula 280/STF: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário, bem como por não competir ao STJ o exame de matéria constitucional.*

4. *Recurso Especial não conhecido (REsp. 1.693.956/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2017).*

2 2 2

*ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEI MUNICIPAL. SÚMULA 280/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 4o. E 5o. DA LINBD E 126 E 127 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADA.*

1. *A análise da matéria do art. 102, IV, da Lei Orgânica do Município de Cajazeiras/PB não pode ser realizada pela via eleita, pois demandaria o exame de legislação local. Tal circunstância torna inviável o acolhimento do recurso especial, nos termos da aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*

2. *As matérias referentes aos arts. 4o. e 5o. da LINBD e 126 e 127 do CPC/1973 não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carecem os temas do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merecem ser apreciados, nos termos do que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.*

3. *O alegado dissídio pretoriano não foi comprovado nos moldes exigidos nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2o., do Regimento Interno do STJ, uma vez que a parte interessada apenas transcreveu as ementas dos julgados que entendeu favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e a constante do aresto impugnado.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 942.158/PB, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 27.10.2016).*

10. *Ante o exposto, conhece-se do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇÚ/PR.*

11. *Tendo em vista o disposto no art. 85, § 11 do Código Fux,*

fixam-se os honorários advocatícios recursais em 1% sobre o proveito econômico do presente Recurso, que deverão ser acrescidos ao montante total.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

